



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DO PIAUÍ-PI
CNPJ: 04.390.663/0001-10
RUA FRANCISCO DA COSTA VELOSO, S/N, CENTRO
CEP. 64.105-000 / CABECEIRAS DO PIAUÍ-PI

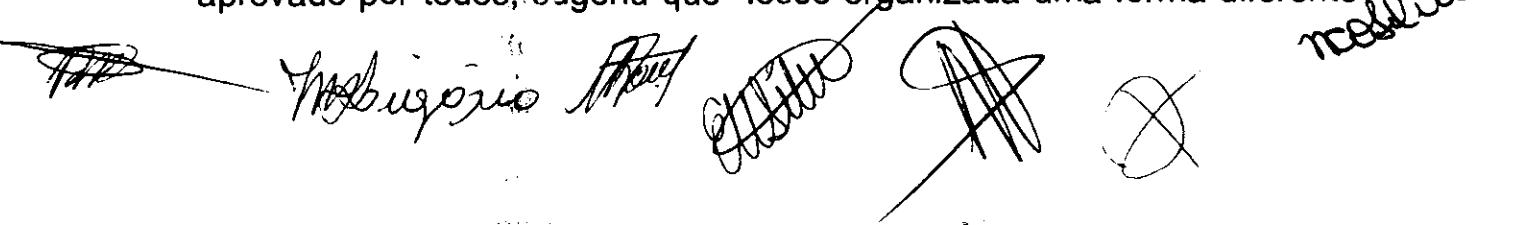
ATA DA OCTOGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DE 2019 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DO PIAUÍ - REALIZADA NO DIA DEZ DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZENOVE

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas e quinze minutos, no edifício da Câmara Municipal de Cabeceiras do Piauí-PI, situado na Av. Francisco da Costa Veloso, S/N centro, deu-se início a Octogésima Sexta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de dois mil e dezenove, sob a presidência da vereadora Presidente **MARIA CLEIDIANE OLIVEIRA SILVA**, secretariada pelo secretário da mesa **vereador RICARDO BARBOSA DE SOUSA**. Compareceram e assinaram o livro de presença da sessão os Vereadores **MARIACLEIDIANE OLIVEIRA SILVA, RICARDO BARBOSA DE SOUSA, RAIMUNDO NONATO BATISTA LAGES FILHO, SOLANGE MARIA PEREIRA, ELENITA MACEDO SILVA, MARIA DO CARMO RODRIGUES DE SOUSA, MARCOS TADEU DA COSTA SOUSA, FRANCISCA MARIA ALVES LIGÓRIO**. A presidente iniciou cumprimentando a todos. Sobre a proteção de Deus, havendo número legal, declarou aberta a Octogésima Sexta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo em dez de junho de dois mil e dezenove. Posteriormente, solicitou ao secretário da mesa, vereador Ricardo Barbosa que fizesse a leitura da ata sessão do dia três de junho de dois

[Handwritten signatures and initials follow, including "M. Ligório", "R. Barbosa", and "nossas".]

mil e dezenove. Após a leitura, a presidente colocou a mesma em discussão, a vereadora Elenita Macedo pediu que fosse feita a leitura onde foi citado o comprovante de entrega dos balancetes, disse que não se recordava na fala da mesma onde diz agentes de saúde no lugar de servidores da saúde e administração, disse que acredita que não falou daquela maneira, o secretário da mesa explicou que em alguns trechos tem agentes de saúde , mas em outros tem funcionários da saúde, o que não compromete o entendimento, posteriormente foi colocada em votação, sendo aprovada por todos presentes. **EXPEDIENTE:** leitura do ofício encaminhado à supervisora de ensino profª e vereadora Solange Pereira, comunicando à mesma que o Legislativo faria visitas à U. E. Venâncio Lages Veloso para entregar informativo das ações da câmara

ORDEM DO DIA: leitura do requerimento da vereadora Elenita Macedo, requerendo que fosse enviado ao senhor prefeito o indicativo de projeto de lei que dispõe sobre o plano, cargo, carreira e salário- PCCS dos servidores de saúde e administração do município de Cabeceiras do Piauí – PI. Após a leitura do indicativo de lei foi colocado em discussão, não havendo discussão, foi colocado em votação, sendo aprovado por todos os legisladores presentes na sessão. Em seguida, abriu-se inscrição para o pequeno expediente, inscreveu-se a vereadora Elenita Macedo. Após a leitura dos inscritos, a presidente convidou a fazer uso da tribuna a vereadora Elenita Macedo. **Fez uso da tribuna à vereadora Elenita Macedo:** cumprimentou a todos e agradeceu a todos por votarem a favor do requerimento do indicativo de projeto de lei do plano de cargo, carreira e salário- PCCS dos servidores da saúde e administração, disse que não houve necessidade da mesma defender e explicar o requerimento, pois com leitura todos poderiam perceber o que diz o requerimento, onde foi colocado em discussão e votação sendo aprovado por todos, sugeriu que fosse organizada uma forma diferente



da entrega do requerimento do indicativo de projeto de lei ao executivo para o mesmo não ficar apenas mais um requerimento votado pela casa que é entregue e nem chegar a ser lido pelo executivo, disse que inúmeros são enviados pela casa e não são executados, até mesmo de vereadores de situação, disse que faz o papel de cobrar que os mesmos sejam executados, pediu para a casa ter um olhar mais especial para o requerimento do indicativo de projeto de lei, para não ficar da mesma maneira do indicativo que a mesma já apresentou nesta casa e não teve justificativa até hoje, disse que para depois os servidores possam olhar para os vereadores e digam que hoje temos um plano de cargo, carreira e salário que iniciou nesta casa por todos os vereadores, a mesma espera que venha como projeto de lei onde será apreciado, analisado e adequado se houver a necessidade, pediu se possível que na entrega do requerimento, os servidores de saúde e administração estivessem presente, propôs fazer uma reunião e, em seguida, o legislativo entregar em mãos ao executivo para os servidores apreciar este momento onde o mesmo possa vir como projeto de lei e não ser engavetado, disse que é necessário esse plano, pediu que a senhora presidente pudesse proporcionar esse momento para que de fato seja colocado em prática, pediu que a senhora presidente encaminhasse ofício ao executivo para saber qual tabela está sendo usada para pagamento de diárias dos servidores, olhou os balancetes e viu algo fora do comum, onde servidores do mesmo nível de escolaridade e cargo recebendo duzentos reais e outros recebem oitenta reais, disse que há privilégio, onde a mesma quer saber qual critério está sendo usado para uns receber mais que os outros, para que seja feito da maneira correta sem discriminação, disse que está em seu terceiro ano de mandato e até agora não veio para a casa nenhuma lei que regulamenta as diárias e não sabe se já ocorreu em outros mandatos, disse que todos ano os prefeitos mandam

Robson

Milton

rodrigo

a relação dos ajustes dos salários dos servidores e o reajuste de como vai ser as diárias, gratificação do ano e muito mais, acredita que o senhor prefeito está tendo como base alguma lei, pediu que fosse apresentado a esta casa para ser tomada as providências cabíveis, disse que teve conhecimento que os conselheiros tutelares, onde a mesma foi procurada por alguns funcionários do conselho disseram que a diária deles para ir a Teresina é R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) onde os mesmos vão prestar serviço à sociedade, disse que às vezes não recebem pagamento e ainda são humilhados quando recebem, disse que não sabe se é verdade que os conselheiros recebem essa quantia, pediu que fosse enviado a tabela para saber se de fato é verdade, disse que foi procurada para saber o valor de uma diária, por isso quer ver na tabela de pagamento de diária para saber o critério que está sendo usado. Dando continuidade, abriu-se inscrição para o grande expediente, inscreveu-se a vereadora Elenita Macedo. Após a leitura dos inscritos, a presidente convidou a fazer uso da tribuna a vereadora Elenita Macedo. **Fez uso da tribuna à vereadora Elenita Macedo:** retornou ao grande expediente para completar a sua fala, disse que na sessão passada foi tão questionando o indicativo de lei, sobre o que o levou a não ser votado na sessão anterior, foi uma questão de erro técnico, disse que olhando a LDO que foi apresentado e feita a leitura e a mesma não sabe como o secretário da mesa leu pois era para ser 2020 e estava 2019, disse que a ata está errada pós diz 2020, leu o artigo 2 onde diz a exercício de 2019, perguntou a mesa para saber qual o critério usado para colocar uma lei do executivo errada, disse que tentaram a desmoralizar perante os servidores dizendo que o requerimento estava errado, só que no mesmo dia foi lido uma lei do executivo para o exercício de 2020 sendo 2019, perguntou como a presidente ler os incisos se estão cheios de pontos, perguntou como

Melhorio

Hast

rodrigo



rodrigo

iriam se referir com os pontos nesta lei, questionou que foi colocado o inciso no primeiro e no resto apenas pontos, disse que o mesmo assessor jurídico que analisou jogar o indicativo do projeto de lei de autoria da mesma não analisou a LDO, perguntou se foi o mesmo que apresentou um parecer de um plano estava que estava fazendo referência a Campo Maior, voltou a falar da LDO, onde foi encaminhado para as comissões toda errada, perguntou o porquê usou esse critério apenas no indicativo dos vereadores e não são usados quando vem do executivo, lembrou de um requerimento feito pela mesma junto ao vereador Marcos Tadeu disse que o mesmo não entrou em pauta por estavam inconstitucional, perguntou o porquê da LDO entrou em pauta totalmente inconstitucional, disse que não tem estrutura para um projeto de lei, disse que embora o erro tenha sido técnico do requerimento do indicativo do projeto de lei assume toda a responsabilidade, mas os servidores não tem responsabilidade sobre o requerimento, disse que o requerimento foi feito às pressas e assume que não o corrigiu, corrigiu apenas a constitucionalidade, disse que esses erros não comprometiam o requerimento e muito menos deixar de ser colocado em pauta, disse que em nenhum momento se sentiu incapaz muito pelo contrário ficou triste por os servidores não ouvirem a leitura do requerimento na sessão anterior, disse que havia pessoas de outros sindicatos pois não discrimina ninguém, disse que convidou apenas pessoas que são sócios do sindicato onde a mesma é presidente, disse que não tinha nada o requerimento ter sido lido na sessão anterior, disse que muitos não estavam prestando atenção e o vereador Filho Lages não trouxe o indicativo de lei para acompanhar a leitura do mesmo. Posteriormente, a presidente disse que em relação ao indicativo o que houve é que na sessão anterior , a maioria dos vereadores ainda não tinham lido o documento e que foi decidido que cada um levasse uma copia para casa

para analisar e na próxima sessão discutir e votar. A mesma agradeceu a equipe da casa e ao público assistente. Não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a Octogésima Sexta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo ocorrida em 10 de Junho de 2019, o que do ocorrido é lavrada a presente ATA que vai devidamente assinada. Eu
José da Silva Souza 1º secretário, subscrevo e assino. Sala das sessões da Câmara Municipal de Cabeceiras do Piauí-Pi, 10 de Junho de 2019.